



Fundamentos em Economia

Tânia Amaro Seyffert



Cuiabá - MT
2015

Presidência da República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Integração das Redes de Educação Profissional e Tecnológica

© Este caderno foi elaborado pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) - Campus Pelotas Visconde da Graça/RS, para a Rede e-Tec Brasil, do Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso.

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

Coordenação Institucional

Carlos Rinaldi

Equipe de Elaboração

Coordenação de Produção de Material

Didático Impresso

Pedro Roberto Piloni

Designer Educacional

Francisco Rodrigues dos Santos

Designer Master

Daniela Mendes

Diagramação

Tatiane Hirata

Revisão de Língua Portuguesa

Nilma Carvalho Machado

IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Equipe de Elaboração

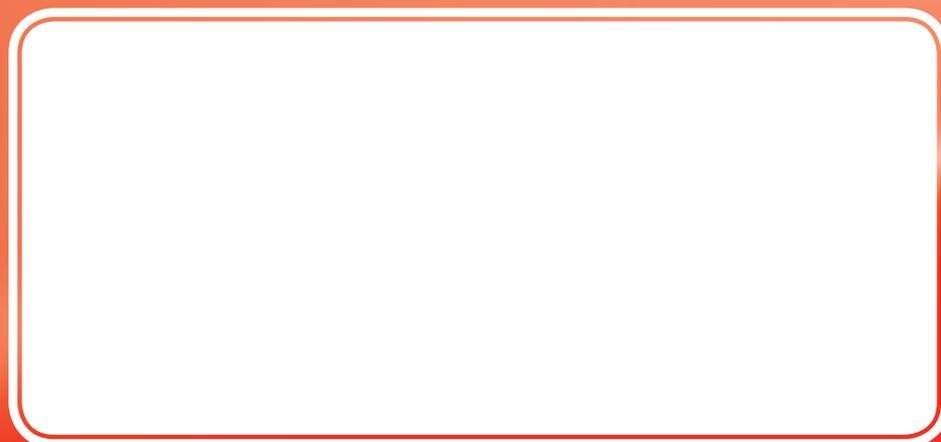
Coordenação Institucional

Cinara Ourique do Nascimento

Coordenador do Curso de Contabilidade

Cleuza Maria Gonçalves Farias

Projeto Gráfico
Rede e-Tec Brasil/UFMT



Apresentação Rede e-Tec Brasil

Prezado(a) estudante,

Bem-vindo(a) à Rede e-Tec Brasil!

Você faz parte de uma rede nacional de ensino, que por sua vez constitui uma das ações do Pronatec - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O Pronatec, instituído pela Lei nº 12.513/2011, tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira, propiciando caminho de acesso mais rápido ao emprego.

É neste âmbito que as ações da Rede e-Tec Brasil promovem a parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e as instâncias promotoras de ensino técnico como os institutos federais, as secretarias de educação dos estados, as universidades, as escolas e colégios tecnológicos e o Sistema S.

A educação a distância no nosso país, de dimensões continentais e grande diversidade regional e cultural, longe de distanciar, aproxima as pessoas ao garantir acesso à educação de qualidade e ao promover o fortalecimento da formação de jovens moradores de regiões distantes, geograficamente ou economicamente, dos grandes centros.

A Rede e-Tec Brasil leva diversos cursos técnicos a todas as regiões do país, incentivando os estudantes a concluir o ensino médio e a realizar uma formação e atualização contínuas. Os cursos são ofertados pelas instituições de educação profissional e o atendimento ao estudante é realizado tanto nas sedes das instituições quanto em suas unidades remotas, os polos.

Os parceiros da Rede e-Tec Brasil acreditam em uma educação profissional qualificada – integradora do ensino médio e da educação técnica - capaz de promover o cidadão com capacidades para produzir, mas também com autonomia diante das diferentes dimensões da realidade: cultural, social, familiar, esportiva, política e ética.

Nós acreditamos em você!

Desejamos sucesso na sua formação profissional!

Ministério da Educação
Junho de 2015

Nosso contato
etecbrasil@mec.gov.br



Indicação de Ícones

Os ícones são elementos gráficos utilizados para ampliar as formas de linguagem e facilitar a organização e a leitura hipertextual.



Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba mais: oferece novas informações que enriquecem o assunto ou "curiosidades" e notícias recentes relacionadas ao tema estudado.



Glossário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Mídias integradas: remete o tema para outras fontes: livros, filmes, músicas, *sites*, programas de TV.



Atividades de aprendizagem: apresenta atividades em diferentes níveis de aprendizagem para que o estudante possa realizá-las e conferir o seu domínio do tema estudado.



Refleta: momento de uma pausa na leitura para refletir/escrever sobre pontos importantes e/ou questionamentos.





Palavra da Professora-autora

Prezado (a) Estudante

Estou feliz em poder compartilhar com você os conhecimentos e a aprendizagem na área de economia. Por meio do material didático disponibilizado é possível ingressar no mundo econômico, através deste universo complexo e dinâmico em que todas as entidades empresariais e sociais estão inseridas.

É importante ressaltar que essa disciplina serve de base prática e teórica para sua formação educacional, como também os auxilia caso deseje atuar na condição de empregado ou empreendedor, propiciando a capacidade de desenvolvimento do pensamento sistêmico e analítico de uma empresa (ou uma organização qualquer); e também permitirá um entendimento mais complexo sobre a utilidade e vantagens no seu desempenho, para com as demais disciplinas. Desse modo, podemos entender o conhecimento a partir da imagem de “vagões de trem”, que estão ligados uns aos outros, sugerindo, com isso, que não pode existir o conhecimento solto, independente e fragmentado.

Lembre-se de que educação é um processo contínuo!



Apresentação da Disciplina

Prezado (a) estudante,

A disciplina de Economia tem aplicabilidade e papel fundamental no eixo de negócios. Em função das demandas de mercado, ela se apresenta hoje por meio de estudos de mercado, e para se obter sucesso em qualquer segmento, é preciso compreender o que torna esse campo de trabalho ainda mais desafiador e complexo.

Em relação à estruturação, essa disciplina está dividida em duas linhas principais, da seguinte forma:

Primeiro estudaremos: Conceito, Objeto de estudo da Economia, Necessidades Humanas, Fatores de Produção e Estrutura de Mercado, Campos de Aplicação, Representação Gráfica.

Posteriormente, trabalharemos com os seguintes conteúdos: Demanda e Oferta e Equilíbrio de Mercado; Teoria da Firma.

Você encontrará neste guia, ainda, as orientações para a realização das atividades propostas, tais como: objetivos, metodologia, avaliação e programação por aula as quais auxiliarão no seu processo de ensino-aprendizagem.

Lembre-se: Há uma equipe que trabalha para que você supere suas dificuldades.



Sumário

Aula 1. Introdução, conceitos, objetivos e fatores de produção	13
1.1 Introdução.....	13
1.2 Definições de economia	14
1.3 Fatores de produção	16
1.4 Escassez	16
1.5 Produção.....	17
1.6 Bens de consumo e bens de produção.....	18
Aula 2. Necessidades humanas	21
2.1 Necessidades primárias.....	21
2.2 Necessidades secundárias	23
2.3 Necessidades coletivas.....	23
Aula 3. Conceito de moeda, preço e valor	27
3.1 Moeda	27
3.2 Funções da moeda e tipos de moeda.....	28
3.3 Tipos de moeda	29
3.4 Oferta de moeda.....	29
Aula 4. Conceitos de meios de pagamento	31
4.1 Monetizações e desmonetizações da economia.....	32
4.2 Criação e destruição de moeda (ou meios de pagamento).....	33
4.3 Função do Banco Central.....	33
4.4 Outras funções do Banco Central	33
Aula 5. O valor e o preço	37
5.1 Formas de valor relativo.....	37
5.2 Teorias sobre valor.....	38
5.3 Valorização dos recursos de produção.....	39
5.4 Rendas da terra	39
5.5 Lei da oferta e procura.....	42
Aula 6. Estrutura de mercado	45



6.1 Concorrência pura ou perfeita.....	46
6.2 Monopólio.....	46
6.3 Oligopólio.....	47
6.4 Concorrência monopolista	49
Aula 7. Introdução e conceitos de mercado.....	51
7.1 Breve histórico.....	51
7.2 Utilidade total e utilidade marginal.....	52
7.3 Demanda de mercado.....	52
7.4 Oferta de mercado.....	54
7.5 Equilíbrio de mercado.....	56
Aula 8. Formas de empresas.....	61
8.1 Conceitos.....	61
8.2 Qualidades de um empresário.....	62
8.3 A posição do empresário quanto à parte social da empresa.....	63
8.4 Formas de concentração de empresas.....	63
8.5. Receita: custo e lucro.....	65
Palavras Finais.....	68
Referências.....	69
Currículo da Professora-autora.....	70



Aula 1. Introdução, conceitos, objetivos e fatores de produção

Objetivos:

- identificar conceitos na área econômica;
- explicar o processo de estudo do objeto da economia; e
- avaliar o processo produtivo, através dos fatores de produção;

Estimado estudante, os conhecimentos aqui disponibilizados servirão para introduzi-lo no universo da Economia. São informações iniciais, mas que formarão a base da sua aprendizagem. Vamos em frente e bons estudos.

1.1 Introdução

Etimologicamente, a palavra economia vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (normas, leis). Seria, então, a “administração da casa” que pode ser generalizada como “administração da coisa pública”.

Desse modo, a economia pode ser definida como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas.

Assim, trata-se de uma ciência social, já que objetiva atender às necessidades humanas. Contudo, depende de restrições físicas, provocadas pela escassez de recursos produtivos ou fatores de produção (mão de obra, capital, terra, matérias-primas).

Pode-se dizer que objeto de estudo da ciência econômica é a questão da escassez, ou seja, como “economizar” recursos.

A escassez surge em virtude das necessidades humanas ilimitadas e das restrições físicas de recursos. Afinal, o crescimento populacional renova as ne-



cessidades básicas; o contínuo desejo de elevação do padrão de vida (que poderíamos classificar como uma necessidade “social” de melhoria de “status”) e a evolução tecnológica fazem com que surjam “novas” necessidades tais como: computador, vídeo, Internet, televisão, vestuário, educação alimentação, etc.

Nenhum país, mesmo os países ricos, são autos suficientes, em termos de disponibilidade de recursos produtivos, para satisfazer a todas as necessidades da população.

Vamos entender melhor alguns conceitos utilizados no cotidiano dessa área de estudos.

1.2 Definições de economia

1.2.1 Conceitos

Podemos formular conceitos a partir do nosso cotidiano, seja através dos jornais, rádio e televisão, deparamo-nos com inúmeras questões econômicas, tais como: Aumento de preços; Períodos de crise econômica ou de crescimento; Desemprego; Setores que crescem mais do que os outros; Diferenças salariais, dissídios coletivos; Crises no balanço de pagamentos; Valorização ou desvalorização da taxa de câmbio; Ociosidade de alguns setores da atividade econômica; Diferenças de renda entre as várias regiões do país; Taxa de juros; Déficit governamental; Elevação de impostos e tarifas públicas e Aumento da cesta básica.

Você pode ter ouvido falar nos meios de comunicação, numa conversa com amigos ou ainda no seu ambiente de trabalho ou estudos cada um desses conceitos acima apresentados. São assuntos cotidianos discutidos pelo cidadão comum, que a partir das suas percepções e visões empíricas, constroem opiniões sobre medidas que o Estado deve adotar.

Quando um estudante de Economia, de Direito ou de outra área se candidata a um cargo de responsabilidade em uma empresa ou na própria administração pública, necessitará de conhecimentos teóricos mais sólidos para poder analisar os problemas econômicos que nos rodeiam. Dessa forma, agora vamos aprofundar um pouco mais nosso conhecimento nessa disciplina. Primeiramente vamos ver como alguns autores definem essa ciência, depois estudaremos terminologias e termos utilizados na área.





1.2.2 Conceitos (definições de economia)

- Economia - “É a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as pessoas e grupos da sociedade com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas”.
- Economia - “Economia é a ciência que estuda as relações humanas denominadas econômicas, avaliáveis em moedas e tendo por fim um consumo”.
- Economia - “É um particular sistema de organização da produção, distribuição e consumo de todos os bens e serviços que as pessoas buscam para melhorar o padrão de vida e bem-estar”.

1.2.3 Alguns temas tratados pela economia (glossário)

- ESCASSEZ: A escassa disponibilidade de recursos para o processo produtivo. Seus custos. Sua exaustão ou capacidade de renovação.
- EMPREGO: O emprego dos recursos. A ociosidade dos que encontram disponíveis. O desemprego e suas causas e conseqüências.
- PRODUÇÃO: O processo produtivo como categoria básica. Decorrências da produção: geração de renda, o dispêndio e a acumulação. A riqueza, a pobreza e o bem-estar social.
- AGENTES: Como se comportam os agentes econômicos. Quais suas funções típicas. Quais suas motivações.
- PREÇOS: Diferentes abordagens. Como resultado da interação de forças da oferta e procura. Como orientadores para o emprego dos recursos. Como mecanismos de coordenação do processo econômico como o todo.
- MERCADOS: Topologia e características dos mercados. A procura e oferta: fatores determinantes. O equilíbrio, as funções e as imperfeições.
- CONCORRÊNCIA: Diferentes estruturas concorrenciais: da concorrência perfeita ao monopólio. Impactos de cada uma delas. Funções da concorrência. Razões para o controle de suas imperfeições.





- **CRESCIMENTO:** A expansão da economia como um todo. Crescimento e desenvolvimento: diferenças conceituais: Crescimento e ciclos econômicos.
- **TRANSAÇÕES:** Categorias básicas: reais e financeiras; abrangências: internas, de câmbio nacional; externas, de âmbito internacional. Meios de pagamentos envolvidos. Causas e conseqüências de desequilíbrios.

O objetivo do estudo da Ciência Econômica é de analisar os problemas econômicos e formular soluções para resolvê-los, de forma a melhorar nossa qualidade de vida.

Essa definição contém vários conceitos importantes, que são a base e o objeto de estudo da ciência econômica: Escolha; Escassez; Necessidades; Recursos; Produção e Distribuição.

Vamos estudar mais detalhadamente esses conceitos que são importantes na área de entendimento do desenvolvimento econômico de um país.

1.3 Fatores de produção

Em qualquer sociedade, os recursos ou fatores de produção (terra, trabalho e capital, tecnologia e capacidade empresarial) são escassos; contudo, as necessidades humanas são ilimitadas, e sempre se renovam. Isso obriga a sociedade a escolher entre alternativas de produção e de distribuição dos resultados da atividade produtiva aos vários grupos da sociedade.

1.4 Escassez

A escassez na economia refere-se ao entendimento de que as nossas necessidades (desejos e vontades) são ilimitados, mas os recursos que podemos ter para satisfazer esses mesmos desejos são limitados e escassos. Desta forma, podemos entender de forma simples, como “aquilo que temos não dá para tudo”. Esse é um dos princípios fundamentais da Economia.

Assim, quando aplicamos esse conceito “escassez” (como objeto de estudo da economia), é possível observar que trata-se da necessidade de cuidarmos dos bens que hoje temos, para que ele não nos falte no futuro. Ou seja, se todos os bens fossem abundantes (bens livres), não haveria necessidade de estudarmos questões como: a inflação, o crescimento econômico, o déficit





público, o desemprego, a concentração de renda, etc.

1.5 Produção

Na área das ciências econômicas, podemos dizer que produção está relacionada à um processo que corresponde a combinação dos fatores de produção com o objetivo de satisfazer necessidades humanas, relação a bens ou serviços.

A Produção só é possível com o concurso desses três fatores: a terra, que é o fator originário que constantemente oferece ao ser humano incalculáveis recursos; o trabalho, pois sem ele não podemos conseguir os bens econômicos e o capital, sem o qual não completa o processo produtivo.

Uma vez sabendo as noções que acabamos de expor, estamos em condições de reduzir os três fatores a dois, visando simplificar a questão:

Os fatores da produção podem ser reduzidos aos seguintes:

- Trabalho e
- Capital.

Uma vez aceita esta simplificação, teremos a seguinte fórmula:

$$\text{Fatores de produção} = \text{Trabalho} + \text{Capital}$$

O fator trabalho é, como sabemos, o esforço do ser humano (não das máquinas e dos animais), destinado à produção.

O fator capital, de acordo com a simplificação, passa a ter o seguinte conceito:

- Terra (todos os bens duráveis da natureza: terrenos agrícolas, áreas urbanas, minas, etc.);
- Bens de produção duráveis (também conhecidos por capital fixo bens feitos pelo ser humano: máquinas, ferramentas, etc.) e
- Bens de consumo duráveis (bens produzidos pelo ser humano: casas, veículos, etc.).





Com a força do trabalho dos trabalhadores ativos, os recursos do capital disponíveis, empregados por todas as empresas, desde o primeiro dia do ano, surgem, no fim do período, a produção nacional bruta ou produto nacional bruto do país. O Governo convencionou o período de tempo de 1º de janeiro a 31 de dezembro como o tempo de análise dos ativos, para facilitar os trabalhos de estudos macroeconômicos de um país.

1.6 Bens de consumo e bens de produção

Trata-se da produção global do país durante um ano, sendo que esses bens econômicos podem ser assim distribuídos: bens de consumo e bens de produção.

A produção nacional bruta ou o produto nacional bruto, como um dos mais importantes agregados macroeconômicos, só pode ter dois destinos:

- O consumo e;
- O investimento.

Tudo o que se produz num país e a renda líquida (saldo) do que foi enviado e recebido no exterior (pagamentos de juros, direitos autorais, uso de marcas e patentes, remessas de lucros, royalties, etc.), segue os mencionados destinos, pois uma parte da produção é consumida (geralmente todos os bens de consumo e os serviços) e, a outra, passa a ser aplicada ou investida novamente na produção pelas empresas, governo e particulares (este em menor escala), em forma de novo capital.

Daí resulta a seguinte fórmula da produção global de um país:

Produção (ou produto) Nacional Bruto = Consumo Investimento

A fórmula nos aponta que a produção (ou produto) nacional bruto será sempre a soma em dinheiro, em reais, no caso do Brasil - dos bens consumidos (pelos particulares, empresas e governo) mais os bens destinados ao investimento, constituindo, assim, o novo capital, para outro ciclo de operação no ano seguinte.

Resumo

A análise da Economia nos possibilita conhecimentos e percepções funda-





mentais a respeito do funcionamento das atividades econômicas, das sociedades e da economia global. Este aprendizado nos fornece recursos para identificar as decisões dos indivíduos, das famílias, das empresas e do comportamento humano como um todo na busca pela disponibilidade de recursos.

Nessa aula vimos também conceitos importantes na área da Economia, como os Fatores de produção, a Produção, a Escassez e os bens de consumo e de produção.

Finalizamos nossa primeira aula. É importante que você dedique seu tempo nesse processo de aprendizagem. Converse com seus colegas e troquem informações sobre os pontos mais importantes no seu ponto de vista. Agora iniciaremos nossa segunda aula, momento em que trataremos das necessidades humanas. Vamos em frente?





Aula 2. Necessidades humanas

Objetivo:

- classificar as necessidades humanas (primárias, secundárias e terciárias).

Estimado estudante, todos nós podemos descrever sobre as necessidades humanas a partir do nosso conhecimento do senso comum. Ao pararmos para analisar e estudar esse assunto no universo da economia, existem alguns pontos chaves para nosso entendimento. Desta forma, na nossa aula vamos classificar essas necessidades em três tipos: Primárias, Secundárias e Coletivas.

Mas antes de entrarmos propriamente no assunto sobre as necessidades humanas, podemos buscar na Constituição Federal um trecho que relata como deve ser a capacidade de custeio provinda do salário-mínimo: O salário-mínimo é um direito dos trabalhadores urbanos e rurais e deverá ser “capaz de atender as suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. (BRASIL, 1988. Artigo 7º, inciso IV. Constituição Federal do Brasil de 05/10/1088)

Esse exemplo visa demonstrar que a própria Constituição Federal prevê os custos econômicos necessários para o atendimento das necessidades humanas básicas.

2.1 Necessidades primárias

No art. 7º, IV da Constituição Federal de 1988 são consideradas necessidades primárias questões relativas à alimentação, vestuário, transporte, moradia, saúde, higiene, educação, lazer, previdência social.

Para satisfazer essas necessidades primárias ocorre o processo de consumo e para se consumir é preciso ter produção, ou seja, a transformação do pro-



duto (bens ou serviços) para consumir.

A economia trata do estudo das ações econômicas do ser humano, quando este procura obter os bens e serviços necessários para viver. Daí o estudo das necessidades no terreno da economia. A palavra necessidade significa a carência ou falta de coisas imprescindíveis, enquanto que o termo satisfação (satisfeito, satisfazer, etc.) denomina o estado de saciado, farto, contente, etc.

Podemos dizer, também, que necessidade é a falta ou privação de alguma coisa que desejamos como a alimentação. Imaginaremos, por exemplo, uma pessoa que fique por longas horas sem comer; há de sentir, com desespero, a falta do alimento, pois são indispensáveis para viver.

A mesma coisa acontece com o nosso corpo, que necessita de agasalhos ou roupas, pois sem o vestuário, poderíamos adoecer e, provavelmente, morreríamos. Esta é a outra condição para viver.

Desse modo, o ser humano precisa também se abrigar das chuvas, do sol, enfim, do tempo e, para tanto, necessita de uma casa ou habitação. Quando o homem vai para o trabalho, geralmente tem necessidade de se locomover, precisando usar uma condução, por exemplo: automóvel, metrô, ônibus, trem, etc. Surge então, aqui, outra necessidade, que é a do transporte, principalmente nas grandes cidades.

A vida moderna exige do ser humano um cuidado todo especial quanto ao seu bem-estar, cuidados com a saúde, higiene, lazer e previdência social, cujas necessidades devem ser atendidas pelos próprios indivíduos, pelos poderes públicos e pela sociedade. Nota-se, então, na sociedade moderna, a existência de mais cinco necessidades, consideradas primárias ou básicas das quatro anteriormente mencionadas - alimentação, vestuário, moradia e transporte.

Necessidades Primárias e Básicas	
FATORES DE PRODUÇÃO	TIPOS DE REMUNERAÇÃO
Alimentação	Higiene
Vestuário	Educação
Transporte	Lazer
Moradia	Previdência Social
Saúde	

Agora vamos entender o que caracteriza as necessidades secundárias. Faça uma análise da sua própria existência e da sua família. Diferenciando as ne-





cessidades primárias das secundárias.

2.2 Necessidades secundárias

Podemos compreender as necessidades secundárias como aquelas que tendem a aumentar o bem-estar do indivíduo e variam no tempo, segundo o meio cultural, econômico e social em que se desenvolvem os indivíduos; por exemplo, o turismo.

São aquelas que não ameaçam de imediato a vida do ser humano, relacionam-se com a qualidade de vida. São necessárias, mas não são indispensáveis, como a questão da cultura: ler um livro, ouvir um CD, etc.

O ser humano, porém, vivendo em sociedade, está sujeito a outras necessidades denominadas secundárias, ou também acidentais. Estas, como as primárias provocam a ação humana e, por meio de nosso trabalho, obtemos os meios necessários à satisfação das necessidades e desejos.

2.3 Necessidades coletivas

As necessidades coletivas são aquelas que atingem toda a comunidade e resultam da vida social. Como exemplos podemos ter a necessidade de transportes, segurança, justiça, comunicação entre outros.

Quanto à satisfação das necessidades de um indivíduo, normalmente, ele as satisfaz pelo esforço próprio, ou por meio de um esforço associativo (clubes, associações, grêmios, cooperativas, etc.).

As necessidades coletivas exigem, para que possam ser satisfeitas, um volume de dinheiro e de meios de ação que ultrapassem as possibilidades de um indivíduo ou grupo de indivíduos. É o caso, por exemplo, da organização policial para a manutenção da ordem pública.

É por causa das necessidades coletivas que surgiu um organismo especialmente destinado à satisfação delas. Esse organismo é o Estado.

O Estado satisfaz as necessidades coletivas dos Serviços Públicos, que podem ser de duas espécies:

- Serviços públicos gerais; e





- Serviços públicos especiais.

Essa dupla classificação leva em conta a existência de duas espécies de necessidades:

- Necessidades coletivas gerais; e
- Necessidades coletivas especiais.

O Serviço Público Geral presta-se a um consumo global por parte da população, como o serviço policial.

O Estado, prestando este serviço geral, permite um ambiente de segurança e proteção para o povo, sem qualquer individualização.

Já os Serviços Públicos Especiais são consumidos individualmente pelo cidadão, por exemplo, os serviços de transporte em ferrovias do Estado. Neste caso, o consumidor representa cada um de nós quando vai ao guichê e adquire a passagem com direito ao embarque.

Os dois tipos de serviços públicos são prestados pelo Estado com recursos provenientes de impostos e taxas arrecadados de acordo com a legislação tributária aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

O Estado também tem responsabilidade redistributiva, isto é, de devolver aos cidadãos, parte do que arrecada do sistema econômico, por exemplo: o pagamento aos aposentados, serviços de saúde, educação e outros. É o poder público cumprindo sua parte em atender uma parcela da sociedade, cujas necessidades primárias não são satisfeitas individualmente ou pelas famílias.

Resumo

Ao estudarmos sobre as Necessidades Humanas, percebemos que ela advém da sensação de falta de alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. As necessidades biológicas do ser humano renovam-se dia a dia, porém não são todas as necessidades humanas que podem ser satisfeitas. A melhoria do padrão de vida e a evolução tecnológica contribuem para o surgimento de novas necessidades. Assim, estudamos nessa aula as Necessidades primárias, secundárias e as coletivas. As Necessidades primárias são as fundamentais para nossa sobrevivência, sem as quais dificilmente nosso corpo resistiria, como: alimento, vestuário e moradia. As Secundárias são importantes, mas é





possível conviver com sua ausência, como a cultura por exemplo. E finalmente as Necessidades coletivas em que abrange a grande sociedade e a vida comunitária. E é a partir das necessidades coletivas que o Estado se organiza para contribuir com a vida social.

Mais uma aula finalizada. Agora é o momento de rever seu entendimento e esclarecer suas principais dúvidas. É interessante fazer um entendimento escrito sobre os pontos que mais lhe chamaram a atenção. Ao escrever, organizamos nosso conhecimento e percebemos o que ainda está falho na nossa aprendizagem. Bons estudos, vamos para a próxima aula.





Aula 3. Conceito de moeda, preço e valor

Objetivo:

- identificar a importância da Moeda na nossa economia, bem como monetização e desmonetização da economia, além de criação ou destruição da moeda na atualidade.

3.1 Moeda

Moeda é um instrumento ou objeto que é aceito pela coletividade para intermediar as transações econômicas, para pagamento dos bens, serviços e fatores de produção. Essa aceitação é garantida por lei, ou seja, a moeda tem “curso forçado”.

Antes da existência da moeda, o fluxo de trocas de bens e serviços na economia dava-se através do escambo, com trocas diretas de mercadoria por mercadoria (economia de trocas). É fácil imaginar os transtornos trazidos por tal mecanismo. Se alguém tivesse a mercadoria sal em excesso e precisasse trocá-la por outra (por exemplo, carne), precisaria primeiro localizar alguém que tivesse carne em excesso e desejasse sal, e, em seguida, teria de resolver o problema das quantidades e divisibilidade: quanto de sal seria necessário para comprar um boi? E se a pessoa precisasse de apenas meio boi?

Com a evolução da sociedade, certas mercadorias passaram a ser aceitas por todos, por suas características peculiares ou pelo próprio fato de serem escassas. Por exemplo, o sal, que por ser escasso era aceito na Roma Antiga como moeda. Em diversas épocas e locais diferentes, outros bens assumiram idêntica função. Portanto, a moeda mercadoria constitui a forma mais primitiva de moeda na economia.

Os metais preciosos passaram a assumir a função de moeda por diversas razões: são limitados na natureza, possuem durabilidade e resistência, são divisíveis em peso etc.

Para exercer o controle sobre os metais em circulação, foi implantado a



“cunhagem” da moeda pelos governantes, o que deu origem a nossa atual moeda metálica.

Nosso atual papel-moeda teve origem na moeda-papel. As pessoas de posse de ouro, por questão de segurança, o guardavam em casas especializadas (embrião do atual sistema bancário), onde os ourives - pessoas que trabalhavam o ouro e a prata - emitiam certificados de depósitos dos metais. Ao adquirir bens e serviços, as pessoas podiam então fazer os pagamentos com esses certificados, já que, por ser transferível, o novo detentor do título poderia retirar o montante correspondente de metal junto ao ourives. Como o depositário do metal merecia a confiança de todos, esses certificados foram ganhando livre circulação, passando a ter aceitação geral, já que possuíam lastro e podiam ser convertidos a qualquer instante em ouro. Ao longo do tempo, entretanto, o lastro tornou-se menor que 100%, pois os ourives, percebendo que sempre permanecia em sua firma um determinado montante de metais preciosos sobre os quais não havia comando, passou a emitir moeda-papel em proveito próprio, sem nenhum lastro.

Mais tarde, com a criação dos Estados nacionais aparece o papel moeda. Cada Estado passou a emitir seu papel-moeda, sendo este lastreado em ouro (padrão-ouro). O ouro, contudo, era um metal com reservas limitadas na natureza, e como a capacidade de emitir moeda estava vinculado à quantidade de ouro existente, o padrão-ouro passou a apresentar um obstáculo à expansão das economias nacionais e do comércio internacional, ao impor um limite à oferta monetária. Dessa forma, a partir de 1920 o padrão-ouro foi abandonado, e a emissão de moeda passou a ser livre, ou a critério das autoridades monetárias de cada país. Assim, a moeda passa a ser aceita por força de lei, denominando-se moeda de curso forçado ou moeda fiduciária (de fideduciação, confiança), não sendo lastreada em metais preciosos.

Para complementar seus estudos, buscamos apoio no material didático de Fundamentos de Economia preparado pelo Profº Nilson Aguilar, disponível no site: www.ecnsoft.net/?file_id=188



Texto do site www.ecnsoft.net/?file_id=188.

3.2 Funções da moeda e tipos de moeda

As funções da moeda no sistema econômico são fundamentalmente as seguintes:

- **Instrumento ou meio de trocas:** por ter aceitação geral, serve para





intermediar o fluxo de bens, serviços e fatores de produção da economia;

- **Denominador comum monetário:** possibilita que sejam expressos em unidades monetárias os valores de todos os bens e serviços produzidos pelo sistema econômico. É um padrão de medida;
- **Reserva de valor:** a posse da moeda representa liquidez imediata para quem a possui. Assim, pode ser acumulada para a aquisição de um bem ou serviço no futuro. Claro que este é o requisito básico para que a moeda funcione como reserva de valor e sua estabilidade diante dos preços dos bens e serviços, já que a inflação corrói o poder de compra da moeda, e a deflação (queda de preços) a valoriza.

3.3 Tipos de moeda

- **Moedas metálicas:** emitidas pelo Banco Central, constituem pequena parcela da oferta monetária e visam facilitar as operações de pequeno valor e/ou com unidade monetária fracionada (troco);
- **Papel-moeda:** também emitido pelo Banco Central, representa parcela significativa da quantidade de dinheiro em poder do público. O papel moeda e as moedas metálicas em poder do público (famílias e empresas) são denominadas moeda manual;
- **Moeda escritural:** é representada pelos depósitos à vista (depósitos em conta corrente) nos bancos comerciais (é a moeda contábil, escriturada nos bancos comerciais).

3.4 Oferta de moeda

Como qualquer mercadoria, a moeda tem seu preço e quantidade determinada pela oferta e demanda. A oferta de moeda é o suprimento de moeda para atender as necessidades da coletividade. Veremos que a moeda pode ser ofertada pelas autoridades monetárias e pelos bancos comerciais.

Agora que você tem algumas informações sobre a questão da Moeda, do Preço e do conceito de Valor, vamos revisar nosso aprendizado.





Resumo

Nessa aula entendemos que o conceito de moeda pode ser entendido como o meio através do qual são realizadas as transações monetárias. Pode ser entendido como todo ativo que resulte na forma imediata de quitar débitos, com aceitabilidade geral e disponibilidade imediata, e que confere ao seu titular um direito de saque sobre o produto social. Existem alguns tipos de moedas: metálicas, papel-moeda e moeda escritural.

A moeda é considerada um bem, e o mercado de moeda funciona de modo muito parecido com os demais mercados: um aumento na quantidade de moeda no mercado diminui seu preço, ou seja, faz com que ela diminua seu poder de compra.

Finalizamos essa aula e espero que sua mente esteja com muitos conhecimentos novos. Vamos continuar nossa caminhada e enriquecer ainda mais sua formação profissional. Bons estudos!



Aula 4. Conceitos de meios de pagamento

Objetivos:

- correlacionar o conceito de moeda aos meios de pagamento;
- identificar os meios de pagamento existentes na Economia; e
- possibilitar o entendimento sobre as estruturas de mercados.

Olá estudante, estamos basicamente na metade do nosso módulo. É interessante voltar às aulas anteriores, sempre que surgir alguma dúvida sobre novos conceitos. Perceba que há uma complexidade crescente e que se algum ponto ficar sem esclarecimento lá atrás, pode comprometer seus estudos mais para frente. Então, vamos dar continuidade!

Para compreendermos os principais pontos de conhecimento dessa aula, precisamos entender primeiramente que a oferta de moeda também é chamada de meios de pagamento.

Meios de pagamento constituem o total de moeda à disposição do setor privado não-bancário, de liquidez imediata, ou seja, que pode ser utilizada imediatamente para efetuar transações. A liquidez da moeda é a capacidade que ela tem de ser um ativo prontamente disponível e aceito para as mais diversas transações.

Os meios de pagamento em sua forma tradicional são dados pela soma da moeda em poder do público mais o depósito à vista nos bancos comerciais. Ou seja, pela soma da moeda manual e da moeda escritural.

Os meios de pagamento representam, então, a quantidade que a coletividade tem de moeda “física” (metálica e papel), com o público ou no cofre das empresas somadas e quanto há em conta corrente nos bancos.

Enfim, é a moeda que não está rendendo juros, aquela que não está aplicada.



Note-se, também, que o conceito econômico de moeda é representado apenas pela moeda que está com o setor privado não-bancário, ou seja, excluem-se os próprios bancos comerciais, e a moeda que está com as autoridades monetárias. Nesse sentido, os depósitos à vista ou em conta corrente não são dinheiro dos bancos, mas dinheiro que pertence ao público não-bancário. O dinheiro que pertence aos bancos é seu encaixe (caixa dos bancos comerciais) e sua reserva (quanto os bancos comerciais mantêm depositado junto ao Banco Central).

Também não são considerados, na definição tradicional de meios de pagamento, as cadernetas de poupança e os depósitos a prazo nos bancos comerciais (captados via CDBs - Certificados de Depósitos Bancários), por duas razões: não são de liquidez imediata e são remunerados, isto é, rendem juros.

Os meios de pagamento, conceituados como moeda de liquidez imediata, que não rendem juros também, é chamada, na literatura mais específica, de M1.

Para alguns objetivos, os economistas incluem como moeda a chamada quase-moeda - ativo que tem alta liquidez (embora não tão imediata) e que rende juros, como os títulos públicos, as cadernetas de poupança, os depósitos a prazo e alguns títulos privados, como letras de câmbio e letras imobiliárias.

Os meios de pagamento, no conceito M1, também são chamados de ativos ou haveres monetários. Os demais financeiros, que rendem juros, são chamados de ativos ou haveres não-monetários.

4.1 Monetizações e desmonetizações da economia

Em processos inflacionários intensos, normalmente, ocorre a chamada desmonetização da economia, isto é, diminui a quantidade de moeda sobre o total de ativos financeiros, em decorrência do fato de as pessoas procurarem defender-se da inflação com aplicações financeiras que rendem juros.

A monetização é o processo inverso: com inflação baixa, as pessoas mantêm mais moeda que não rende juros em relação aos demais ativos financeiros.





4.2 Criação e destruição de moeda (ou meios de pagamento)

Ocorre criação de moeda quando há um aumento do volume de meios de pagamento e destruição de moeda quando ocorre uma redução dos meios de pagamento. Alguns exemplos ilustram esses fatos:

- Aumento dos empréstimos ao setor privado: criação de moeda (os bancos comerciais tiram de suas reservas e empréstimos).
- Saque de um cheque no balcão do banco: não há nem criação nem destruição de meios de pagamento, pois, simplesmente, houve uma transferência de depósitos à vista (moeda escritural) para moeda em poder do público (moeda manual resta ao público).
- Resgate de um empréstimo no banco: destruição de moeda (reduz os meios de pagamentos, já que é do público e retorna ao caixa dos bancos).
- Depositante retira depósito a vista e o coloca em depósito a prazo: destruição de moeda, pois os depósitos a prazo são meios de pagamento, dado que não são de liquidez imediata, e rendem juros.

4.3 Função do Banco Central

O Banco Central é o órgão responsável pela política monetária que tem como objetivo regular o montante de moeda e de crédito e as taxas de juros, de forma compatível com o nível de atividade econômica. Ou seja, o Banco Central deve procurar manter a liquidez da economia, atendendo às necessidades de transações do sistema econômico.

Compete ao Banco Central do Brasil, que é o órgão executor da política monetária, exercer a regulamentação e a fiscalização de todas as atividades de intermediação financeira no país.

4.4 Outras funções do Banco Central

- Banco dos bancos: o fluxo de caixa dos bancos tanto pode apresentar insuficiência de recursos, como excesso. No primeiro caso, precisam ser socorridos, e quem o faz é o Banco Central. No segundo caso, os bancos, para não deixarem seus recursos ociosos, os depositam no Banco



Central. Além disso, há a necessidade de transferência de fundos entre os bancos comerciais, como resultado positivo ou negativo da câmara de compensação de cheques e outros papéis, o que é feito através de suas contas no Banco Central. No Brasil, há a câmara de compensação de cheques e outros papéis que são realizados pelo Banco do Brasil em local onde todos os bancos trocam seus débitos e créditos do dia. O Banco do Brasil também recebe depósitos do governo, e não o Banco Central. Isso porque o Banco Central, junto com o Conselho Monetário Nacional, é um órgão normativo, enquanto o Banco do Brasil é um órgão executivo.

- Banco do governo: grande parte dos recursos do governo é depositado no Banco Central. Quando o governo necessita de recursos, recorre ao Banco Central, em contrapartida a garantia são os títulos da dívida pública.
- Controle e regulamentação da oferta de moeda: é uma função normativa; regula a moeda e crédito do sistema econômico.
- Fiscalização das instituições financeiras.

Agora que aprendeu um pouco mais sobre a movimentação econômica e suas peculiaridades, vamos revisar o conteúdo por meio de nosso Resumo.

Resumo

Até agora estudamos o complexo sistema econômico, bens como os fatores de produção, os agentes e os mercados em si. Passamos pela política monetária e suas modalidades.

Estudamos o conceito e composição dos Meios de Pagamentos (M): que podem ser descritos como todo o estoque de moeda disponível para uso do setor privado não bancário a qualquer momento. Desta forma, os meios de pagamentos precisam dar conta o suficiente para satisfazer as transações de bens e serviços do setor privado e seu saldo é dado pelo valor de moeda em poder do público (PP) mais o saldo dos depósitos à vista (DV). Pode ser representado desta forma: $M = PP + DV$.

Também identificamos as funções do Banco Central, que é a instituição destinada a fazer a supervisão do sistema bancário e proporcionar a regulação da quantidade de moeda disponível para a economia. Seu principal objetivo é fazer a manutenção da liquidez do sistema econômico em níveis compatí-





veis com o crescimento do produto e estabilidade da moeda

Parabéns, mais uma etapa vencida. Agora vamos avançar um pouco mais e aprofundar nos conceitos de Valor e Preço, sob a óptica do sistema econômico.





Aula 5. O valor e o preço

Objetivo:

- reconhecer os conceitos e utilidade dos conceitos de Valor e Preço;

Olá estimado (a) estudante, você já observou na sua vida cotidiana o real significado sobre a questão de Valor e Preço?

Como na nossa sociedade estamos diretamente vinculados com esses dois conceitos? Nessa aula, iremos abordar o tema na perspectiva e entendimento da área da economia e talvez possamos melhorar nossa percepção também na nossa vida diária. Vamos em frente?

Ao buscarmos o conceito de Valor, podemos entender que tal termo só se manifesta quando se toma alguma coisa ou bem para comparar e trocar com a intenção de satisfazer necessidades econômicas, sociais, ideais do indivíduo ou da coletividade.

5.1 Formas de valor relativo

Implica em comparação; a relatividade de valor está nos seus aspectos quantitativos e depois nos qualitativos. Para estabelecermos a forma relativa de valor, somos mais bem orientados pelo critério de redução à unidade, essa relatividade põe em evidência os valores equivalentes, maiores ou menores em quantidade e qualidade.

5.1.1 Quantitativa

É a forma de mensuração estabelecida pelo capital ou pelo esforço empregado à obtenção da coisa.

5.1.2 Qualitativa

Evidencia a produtividade. No caso, o que interessa não é simplesmente o volume dos bens, mas suas qualidades intrínsecas e extrínsecas.



5.1.3 Equivalente

A equivalência é estabelecida pela troca direta quando dois bens comparativamente se equivalem em quantidade e qualidade, ao passo que, na troca indireta a equivalência é medida em dinheiro.

5.1.4 Determinativa

“O valor é determinado pela quantidade de trabalho econômico e socialmente necessário a sua produção” ou “o valor de um bem é determinado pelo interesse que gira em torno desse bem, pois esse mesmo interesse maior ou menor é que provoca a variação do valor”.

5.1.5 Dependencial: (Lei de Bernoille)

“O dinheiro para o rico vale muito menos do que para o pobre”.

5.1.6 Valor de uso

É a aptidão que tem um bem ou serviço, em satisfazer as necessidades humanas. Se for útil tem valor (valor sentimental).

5.1.7 Valor de troca

É a aptidão que tem um recurso de produção e um bem ou serviço de consumo, de poder ser trocado ou permutado.

5.2 Teorias sobre valor

A teoria do valor-trabalho é uma teoria econômica associada maioritariamente a Adam Smith, David Ricardo e, por vezes, a Karl Marx.

Por outro lado, a teoria do valor-trabalho parte da ideia de que a atividade econômica é essencialmente coletiva. Ou seja, ela não interessa no estudo da ciência econômica, enquanto atividade individual. É claro que os indivíduos, vez por outra, fazem coisas para si próprios, isoladamente.

Segundo essa teoria, o valor econômico de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que, em média, é necessário para a produzir, incluindo aí todo o trabalho anterior (para produzir as matérias primas, máquinas, etc.).

Por esta teoria o preço de uma mercadoria reproduz a quantidade de tempo de trabalho nela colocado, sendo o trabalho o único elemento que realmente gera valor. Num exemplo clássico entre os teóricos do valor-trabalho, a



razão porque um diamante é mais valioso que um copo de água é porque dá, em média, mais trabalho, encontrar e extrair um diamante do que um copo de água.

Vejamos alguns tipos de Valor:

5.2.1 Valor-raridade

Quanto mais raro um bem em relação a sua procura, maior será seu valor de troca (OFERTA E PROCURA).

5.2.2 Valor-trabalho

O valor de algo depende da quantidade de trabalho humano necessário para fazê-lo (clássicos).

5.2.3 Valor-utilidade

Algo vale pela utilidade ou satisfação que propicia (J. B. Say). Paradoxo Água-Diamante.

5.3 Valorização dos recursos de produção

5.3.1 Mercadoria trabalho

Lei de Ferro, ou o último da fila de desempregados define este valor.

5.4 Rendas da terra

5.4.1 Exército industrial de reserva (David Ricardo/Marx)

“No desenvolvimento natural das sociedades, se os salários forem regulados pela lei da oferta e da procura, tendem a baixar, pois o número dos trabalhadores continuará a crescer mais rapidamente do que a procura de mão de obra”.

5.4.2 Preço

É valor expresso em unidades monetárias, classifica-se em:

- Elemento capaz de mensurar (medida) valores comparativamente;
- Avaliação momentânea das riquezas, utilidades ou esforços;
- Regulador geral da produção do consumo; e



- Avaliação ou conversão monetária de bens ou esforços.

5.4.2.1 Tipos de preços

- LEGAL: quando é estabelecido por lei.
- DE MONOPÓLIO: quando é determinado por um agente econômico único no mercado. Tem sua limitação na possibilidade de renda de seus consumidores. Se o preço subir demais, as pessoas ficam impossibilitadas de consumir, embora precisem.
- CONVENCIONAL: quando estabelecido livremente pelos contratantes (contrato de compra e venda).
- DE CONCORRÊNCIA: quando fixado, pelas alternativas da oferta e da procura, num determinado mercado.
- NATURAL: que compensa os gastos na produção como o custo ou despesas na aquisição do K, N, T, bens de capital, intermediários e matérias-primas, permitindo um benefício igualitário.
- FORÇADO: é determinado pelas especulações e tem o sentido de tirar o melhor proveito possível.
- DE VENDA: é o preço natural mais o lucro esperado, como retorno do capital em um determinado período de tempo (custo de produção + taxa de lucro = preço de venda).

5.4.2.2 Dinamismo dos preços

- O índice do custo de vida é o legítimo medidor das flutuações do poder aquisitivo.
- A variabilidade de dinâmica dos preços determinada pela oferta e procura constitui o fundamento da lei natural dos preços.
- Os preços são considerados números absolutos, os índices são uma combinação de números relativos, sem deixar de ser um coeficiente de natureza percentual.
- O dinamismo econômico reflete necessariamente nos números índices, pois representam os fenômenos econômicos matemáticos e graficamente.





- O interesse é o agente natural da dinâmica dos preços (quem vende procura ganhar cada vez mais, e quem compra procura sempre pagar o menor preço possível, advindo daí o equilíbrio).
- O preço é o ponto intermediário de apoio ou retenção entre dois fatores (a necessidade e a satisfação das necessidades mensuráveis em moeda ou em esforço).
- O progresso econômico pode reduzir ou incrementar a tensão entre os desejos e as riquezas, mas não pode suprir, e o preço surge para estabelecer o equilíbrio entre as forças desiguais de produção e consumo (René Courtin, Publicações Econômicas do MTIC).
- O preço tem capacidade para reduzir o consumo ao nível da produção e para reduzir a produção ao nível do consumo.

5.4.2.3 Flutuações de preço

São as variações de preço geralmente fixadas pelas alterações da oferta e da procura de um recurso produtivo ou bem e serviço de consumo.

5.4.2.3.1 Inflação

A inflação é um conceito econômico que representa o aumento persistente e generalizado do preço de uma cesta de produtos em um país ou região durante um período definido de tempo.

5.4.2.3.1 Deflação

O termo Deflação define uma quebra geral dos preços de bens e serviços, que geralmente pode ser associada a grandes recessões econômicas e a restrições da procura, da produção/oferta e do emprego. Da mesma forma que a inflação, a deflação é mensurada como a taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) – sendo que na verdade, a deflação nada mais é do que uma “inflação negativa”.

Ao inverso do que se tem ideia, numa situação de deflação, o consumo não tem tendência a aumentar - na verdade, se os consumidores estiverem na expectativa de que os preços continuarão a descer, adiarão as suas compras, levando a uma quebra do consumo e conseqüentemente das receitas das empresas. Em longo prazo, esta situação poderá originar uma espiral de recessão com graves conseqüências para a economia.





5.5 Lei da oferta e procura

Em economia, a **Lei da Oferta e Procura**, também denominada de **Lei da Oferta e da Demanda**, é a lei que determina a correlação entre a demanda de um produto – ou seja, a procura - e a quantidade que é oferecida, a oferta. Partindo dela, há possibilidade de descrever o comportamento preponderante dos consumidores na aquisição de bens e serviços em determinados períodos, em função de quantidades e preços.

5.5.1 Procura

Em um dado mercado, é a quantidade de um bem ou serviço que os agentes econômicos estão dispostos e aptos a adquirir ou comprar.

5.5.2 Oferta

Em um dado mercado, é a quantidade de um bem ou serviço que os agentes econômicos estão dispostos e aptos a ofertar ou colocar no mercado para serem vendidos.

Após tantos conceitos, vamos revisar as informações centrais dessa aula. Fique atento (a) e complemente seu aprendizado com pesquisas em livros e sites científicos.

Resumo

Nesta aula, vimos o Valor e os seus tipos. Entendemos que preço é o valor monetário expresso numericamente associado a uma mercadoria, serviço ou patrimônio. O conceito de preço é central para a microeconomia, sendo uma das variáveis mais importantes na teoria de alocação de recursos (também chamada de teoria dos preços).

Conceituamos a inflação como o processo que ocorre quando há um aumento sistemático e geral de preços e vimos que a deflação acontece quando há uma diminuição sistemática e geral de preços. Resulta no deslocamento do poder aquisitivo de uma classe social para outra.

A Lei da Oferta e da Procura (Demanda) possibilita estabilizar a procura e a oferta de um bem ou serviço. A Oferta pode ser considerada a quantidade do produto disponível em mercado, enquanto procura é o interesse existente em relação ao mesmo. A oferta depende do preço, da quantidade, da tecnologia utilizada na fabricação entre outras coisas relacionadas aos produtos e serviços. A procura é influenciada pela preferência do consumidor final, a compatibilidade entre preço e qualidade e a facilidade de compra do produto.





Mais uma aula finalizada. Na próxima aula veremos questões gerais sobre a Estrutura de Mercado. Vamos em frente.





Aula 6. Estrutura de mercado

Objetivo:

- possibilitar o entendimento sobre as estruturas de mercados.

Olá estudante, nessa aula vamos entender sobre as estruturas de mercado. Com certeza você já ouviu vários comentários nos jornais e nas discussões cotidianas que envolvem os conceitos que aqui iremos abordar. Preste atenção, pois a partir desse momento, você também poderá opinar sobre o assunto.

Um mercado é o ponto de encontro entre os produtores e os vendedores de um dado produto, ou seja, entre a oferta e a procura desse bem. Concomitantemente, o termo pode também ser utilizado para analisar a formação dos preços dos vários produtos e objetos de troca.

Pode-se considerar a partir do número de vendedores e de compradores presentes no mercado, nove possíveis formas (ou estruturas) de mercado: concorrência, oligopólio, monopólio, oligopsônio, oligopólio bilateral, monopólio condicionado, monopsônio, monopsônio condicionado e monopólio bilateral. Mas nosso foco de estudo permanecerá apenas na concorrência, monopólio e oligopólio. Caso tenha curiosidade sobre os outros conceitos, faça uma pesquisa complementar.

Ao considerarmos as várias formas ou estruturas de mercado, percebemos que elas dependem fundamentalmente de três características: Número de empresas que compõem esse mercado; Tipo do produto (se as firmas fabricam produtos idênticos ou diferenciados) e a existência ou não de barreiras ao acesso de novas empresas nesse mercado.

Vamos entender um pouco melhor a estrutura de mercado.



http://pt.wikipedia.org/wiki/Forma_de_mercado



6.1 Concorrência pura ou perfeita

Nessa modalidade de Mercado, há um grande número de vendedores (empresas), de tal sorte que uma empresa, isoladamente, por ser insignificante, não afeta os níveis de oferta do mercado e, conseqüentemente, o preço de equilíbrio. É um mercado “atomizado”, pois é composto por um número expressivo de empresas, como se fossem átomos.

Nesse tipo de mercado devem prevalecer ainda as seguintes premissas:

- Produtos homogêneos: não existe diferenciação entre produtos ofertados pelas empresas concorrentes.
- Não existem barreiras para o ingresso de empresas no mercado.
- Transparência do mercado: todas as informações sobre lucros, preços etc., são conhecidas por todos os participantes do mercado.

Em longo prazo, quando a receita total se iguala ao custo total, o lucro extraordinário é zero.

Em concorrência perfeita, o mercado é transparente, e, se existirem lucros extraordinários, isso atrairá novas firmas para o mercado, porque não há barreiras ao acesso. Com o aumento da oferta de mercado (devido ao aumento do número de empresas), os preços de mercado tenderão a cair, e conseqüentemente os lucros extras, até chegar-se a uma situação em que só existirão lucros normais, cessando o ingresso de novas empresas nesse mercado.

É interessante observar que a concorrência pura ou perfeita é uma estrutura utópica, pois sempre existirá algum grau de diferenciação, monopolística por isso, se admite a denominação concorrência (quase) pura e concorrência (quase) perfeita.

6.2 Monopólio

Na estrutura de Mercado denominada Monopólio, temos a configuração de apenas um empresário ou empresa que domina praticamente todo o universo daquele bem ou serviço e, de outro lado, estão todos os consumidores aguardando a oferta. Desta forma, não há dificuldade ou concorrência na aceitação daquela oferta, pois muitas vezes também não existe um produto



substituto ou concorrente. A consequência é que o consumidor, muitas vezes sente-se obrigado ao consumo e às condições impostas pelo ofertante.

O monopolista não utiliza a igualdade entre oferta e demanda para determinar preço e quantidade de equilíbrio. A maximização dos lucros é obtida igualando-se o custo marginal (CMg) à receita marginal (RMg).

Para a existência de monopólios, deve haver barreiras que praticamente impeçam a entrada de novas firmas no mercado. Essas barreiras podem advir das seguintes condições:

- Monopólio puro ou natural: ocorre quando o mercado, por suas próprias características, exige a instalação de grandes plantas industriais, que operam normalmente com economias de escala e custos unitários bastante baixos, possibilitando a empresa cobrar preços baixos por seu produto, o que acaba praticamente inviabilizando a entrada de novos concorrentes.
- Elevado volume de capital: a empresa monopolista necessita de um elevado volume de capital e uma alta capacitação tecnológica.
- Patentes: enquanto a patente não cai em domínio público, a empresa é a única que detém a tecnologia apropriada para produzir aquele determinado bem.
- Controle de matérias-primas básicas: por exemplo, o controle das minas de bauxita pelas empresas produtoras de alumínio.

Existem ainda, os monopólios institucionais ou estatais em setores considerados estratégicos ou de segurança nacional (energia, comunicações, petróleo).

6.3 Oligopólio

É um tipo de estrutura de mercado constituído por um pequeno número de empresas que domina a oferta de mercado. Podemos citar como exemplo pouco tempo atrás a indústria automobilística, isto é, existiam várias empresas, mas apenas algumas dominavam o mercado. O que está sendo reconfigurado na atualidade. O setor produtivo brasileiro é altamente oligopolizado. No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são fixados entre as empresas por meio de conluíus ou cartéis.





Nos oligopólios, normalmente, as empresas discutem suas estruturas de custos, embora o mesmo não ocorra com relação a sua estratégia de produção e de marketing. Há uma empresa-líder que, via de regra, fixa o preço, respeitando as estruturas de custos das demais, e há empresas-satélites que seguem as regras ditadas pelas líderes. Esse é um modelo chamado de liderança de preços. Como exemplo no Brasil, podemos citar a indústria de bebidas. O objetivo do oligopolista é maximizar o *Mark-up*, que é igual a:

$$\text{Mark-up} = \text{Receita de vendas} - \text{Custos diretos (ou variáveis)}$$

O preço cobrado pela empresa, no modelo de mark-up, é calculado da seguinte forma:

$$P = (1+M) C$$

Onde:

- P = preço do produto;
- C = custo direto unitário (que corresponde, na teoria marginalista, ao custo variável médio);
- M = taxa de *mark-up*, que é uma porcentagem sobre os custos diretos.

A teoria do *mark-up* repousa na constatação empírica de que as empresas não conseguem prever adequadamente a demanda por seu produto e, portanto, suas receitas, mas conhecem muito bem seus custos. Como têm poder oligopolista, podem então fixar os preços com base nos custos. Diferente, assim, da Teoria Marginalista, na qual a empresa, para fixar seu preço no lucro máximo, precisa prever também as receitas (o que envolve conhecer a demanda por seu produto), para igualar suas receitas marginais aos custos marginais.

Quantidade	Natureza, Produto Final/Serviço ou Fator de Produção	
	Homogênea	Diferenciada
Muitos (poucos)	Concorrência pura ou perfeita	Concorrência monopolista ou monopsonística
Poucos (ou alguns)	Oligopólio puro ou monopsonístico	Oligopólio diferenciado ou Oligopsônio diferenciado
Um	Monopólio ou monopsonio	Não aplicável





6.4 Concorrência monopolista

A concorrência monopolista pode ser compreendida como uma estrutura de mercado intermediária entre a concorrência perfeita e o monopólio, mas que não se confunde com oligopólio, porque possui as seguintes características: possui um número significativo de empresas com algum poder de concorrência, no entanto, com segmentos de mercado e produtos distintos, tanto nos caracteres físicos, como embalagem ou ainda prestação de serviços complementares (pós-vendas) e também por possuir uma determinada margem de manobra não muito ampla para fixar os preços, pois existem outros produtos substitutos no mercado.

Resumo

Nessa aula estudamos sobre as estruturas de mercado. Em linhas gerais podemos entender que as estruturas de mercado são modelos que captam aspectos inerentes à organização dos mercados, realçando características tais como: o tamanho das empresas, a diferenciação dos produtos, a transparência do mercado, os objetivos dos participantes, o acesso de novas empresas. No mercado de bens e serviços, as formas e mercado, segundo essas cinco características, são as seguintes: concorrência perfeita, monopólio, concorrência monopolística (ou imperfeita) e oligopólio. Existe uma série de modelos sobre o comportamento das empresas na formação de preços de seus produtos. A diferença maior entre esses modelos está condicionada ao objetivo ao qual a firma se propõe: maximizar lucros, maximizar participação no mercado, maximizar margem de rentabilidade sobre os custos, etc. Quanto aos seus objetivos, as empresas defrontam-se com duas possibilidades principais: maximizar lucro e maximizar *mark-up* (margem sobre os custos diretos).

Parabéns, finalizamos mais uma aula. Estamos na reta final da nossa viagem rumo ao conhecimento. Não desista, vamos caminhar mais um pouco.





Aula 7. Introdução e conceitos de mercado

Objetivos:

- introdução, conceito de demanda e oferta de mercado; equilíbrio de mercado; e
- identificar a relação entre quantidade procurada e preço do bem: a Lei geral da demanda.

7.1 Breve histórico

Os fundamentos da análise da demanda ou procura estão alicerçados no conceito subjetivo de utilidade. A utilidade representa o grau de satisfação que os consumidores atribuem aos bens e serviços que podem adquirir no mercado. Ou seja, a utilidade é a qualidade que os bens econômicos possuem de satisfazer as necessidades humanas. Como está baseada em aspectos psicológicos ou preferências, a utilidade difere de consumidor para consumidor (uns preferem uísque, outros, cerveja, etc.).

A Teoria do Valor-Utilidade pressupõe que o valor de um bem se forma pela demanda, isto é, pela satisfação que o bem representa para o consumidor. Ela é, portanto, subjetiva, e considera que o valor nasce da relação do homem com os objetos. Representa a chamada visão utilitarista, onde prepondera a soberania do consumidor, pilar do capitalismo.

A teoria do Valor-Trabalho considera que o valor de um bem se forma do lado da oferta, através dos custos do trabalho incorporados ao bem. Os custos de produção eram representados, basicamente, pelo fator mão de obra, em que a terra era praticamente gratuita (abundante), e o capital pouco significativo. Pela Teoria do Valor-Trabalho, o valor do bem surge da relação social entre homens, dependendo do tempo produtivo que eles incorporam ao bem.

Pode-se dizer que a Teoria do Valor-Utilidade veio complementar a Teoria do Valor-Trabalho, pois não era mais possível prever o compor-



Texto do site www.starttron.com.br/admin/UPArquivos/080352231120072.doc.



tamento dos preços dos bens apenas com base nos custos da mão de obra (ou mesmo custos em geral), sem considerar o lado da demanda (padrão de gostos, hábitos, rendas etc.).

Ademais, a Teoria do Valor-Utilidade permitiu distinguir o valor de uso do valor de troca de um bem. O Valor de uso é a utilidade que representa para o consumidor. O Valor de troca se forma pelo preço no mercado, pelo encontro da oferta e da demanda do bem.

A Teoria da Firma é a parte da microeconomia que se preocupa em estudar o comportamento da Firma. Nos conteúdos anteriores foi abordado a Oferta, a Demanda e o Equilíbrio de Mercado. Já a Teoria da Firma abrange a Teoria da Produção, a Teoria dos Custos e a Análise dos Rendimentos da Firma.

A teoria da Demanda, objeto deste estudo, baseia-se na Teoria do Valor-Utilidade.

7.2 Utilidade total e utilidade marginal

Ao final do século passado, alguns economistas elaboraram o conceito de utilidade marginal e dele derivaram a curva da demanda e suas propriedades. Tem-se que a utilidade total tende a aumentar quanto maior a quantidade consumida do bem ou serviço. Entretanto, a utilidade marginal, que é a satisfação adicional (na margem) obtida pelo consumo de mais uma unidade do bem, é decrescente, porque o consumidor vai perdendo a capacidade de percepção da utilidade por ele proporcionada, chegando à saturação. Exemplo disso é o chamado paradoxo da água e do diamante que ilustra a importância do conceito de utilidade marginal. Por que a água, mais necessária, é tão barata, e o diamante, supérfluo, tem preço tão elevado? Ocorre que a água tem grande utilidade total, mas baixa utilidade marginal (é abundante), enquanto o diamante, por ser escasso, tem grande utilidade marginal e total.

7.3 Demanda de mercado

A demanda ou procura pode ser definida como a quantidade de um determinado bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo.

A procura depende de variáveis que influenciam a escolha do consumidor,





a saber:

- **PREÇO DO BEM:** os preços são a variável principal dos quais dependem as quantidades procuradas.
- **RENDA DOS CONSUMIDORES:** o poder aquisitivo da sociedade é determinado pelo nível da renda *per capita* e pela estrutura de sua distribuição em relação às classes sociais, muito embora as variações da procura em resposta à variação de renda não sejam iguais para todos os produtos.
- **ATITUDES E PREFERÊNCIAS:** os gostos dos consumidores, suas atitudes e preferências também deslocam a procura para mais ou para menos. A procura pela maior parte dos produtos é fortemente influenciada por fatores ligados às crenças, aos valores e aos comportamentos modais, além de serem, também, influenciáveis pelas campanhas promocionais.
- **PREÇOS DOS BENS SUBSTITUTOS:** a procura de um produto pode ser afetada por variações nos preços dos bens substitutos. Ex: A procura do produto carnes de aves pode ser afetada pela elevação do preço da carne bovina.
- **PREÇOS DOS BENS COMPLEMENTARES:** a procura de um produto pode ser influenciada pelos preços de outros bens. Ex: A procura por combustíveis pode ser influenciada pelos preços dos veículos.
- **EXPECTATIVAS:** a procura por determinados produtos, especialmente quando essenciais, pode ser também influenciada por expectativas quanto à normalidade de seu suprimento. Mesmo que o prenúncio não tenha fundamento, a falta ocorrerá por uma corrida precaucional dos consumidores. Ex: Quando se prenunciam crises de abastecimento de determinados produtos de alimentação há uma corrida na busca destes alimentos.
- **NÚMERO DE CONSUMIDORES:** mudanças significativas no número de consumidores potenciais é fator relevante para o posicionamento da procura de um grande número de produtos relativos ao consumo.
- **RELAÇÃO ENTRE A QUANTIDADE DEMANDADA E O PREÇO DO BEM:** normalmente, se tem uma relação entre o preço do bem e a quantidade demandada. Quando o preço do bem cai, este fica mais barato em relação a seus concorrentes e, dessa forma, os consumidores deverão



aumentar seu desejo de comprá-lo. De outra parte, quando o preço cai, o indivíduo fica mais rico em termos reais.

7.4 Oferta de mercado

Pode-se conceituar oferta entendendo-a como as várias quantidades que os produtores desejam oferecer ao mercado em determinado período de tempo. Da mesma maneira que a demanda, a oferta depende de vários fatores; dentre eles o seu próprio preço, os demais preços, o preço dos fatores de produção, as preferências do empresário e a tecnologia. Diferentemente da função demanda, a função oferta mostra uma correlação direta entre quantidade ofertada e nível de preços, *coeteris paribus*. É a chamada Lei Geral da Oferta.

Podemos expressar uma escala de oferta de um bem X, ou seja, dada uma série de preços, quais seriam as quantidades ofertadas a cada preço.

Preço (\$)	Quantidade ofertada
1,00	1.000
3,00	5.000
6,00	9.000
8,00	11.000
10,00	13.000

Essa escala pode ser expressa graficamente como a seguir:

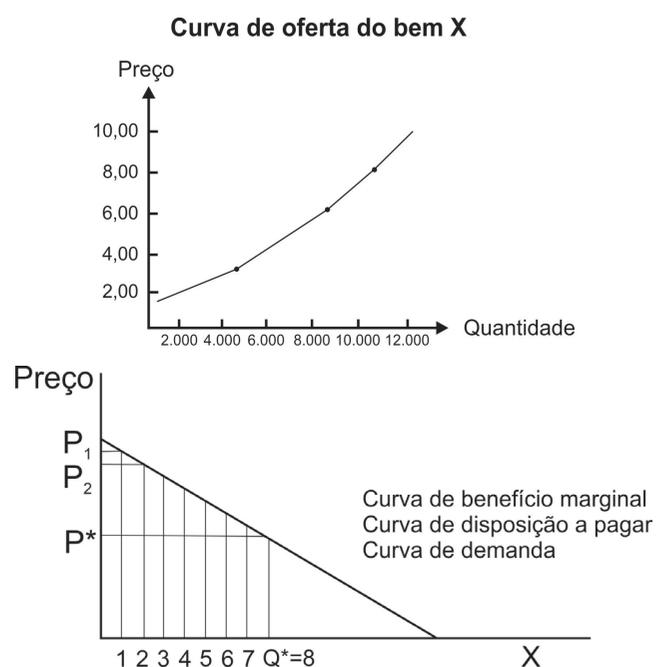


Figura 1 - Curva de Oferta do Bem X

Fonte: autora



Matematicamente, a função ou equação da oferta é dada pela expressão

$$Q = f(P)$$

Onde:

- Q= quantidade ofertada de um bem ou serviço, num dado período;
- P= preço do bem ou serviço.

A relação entre a quantidade ofertada de um bem e o preço desse bem se deve ao fato de que o *coeteris paribus*, um aumento do preço no mercado, estimula as empresas a produzirem mais, aumentando sua receita. Outra forma de leitura: os custos de produção aumentarão, e a empresa deverá elevar seus preços para continuar produzindo o mesmo que antes.

Além do preço do bem, a oferta de um bem ou serviço é afetada pelos custos dos fatores de produção (matérias-primas, salários, preço da terra) e por alterações tecnológicas, ou pelo aumento do número de empresas no mercado.

Parece claro que a relação entre a oferta e o custo dos fatores de produção seja inversamente proporcional. Por exemplo, um aumento dos salários ou do custo das matérias-primas deve provocar *coeteris paribus*, ou seja, uma retratação da oferta do produto.

A relação entre a oferta e uma melhoria tecnológica é diretamente proporcional, o mesmo ocorrendo com uma variação no número de empresas ofertando no setor.

7.4.1 Oferta e quantidade ofertada

Como no caso da demanda, também devemos distinguir entre a oferta e a quantidade ofertada de um bem. A oferta refere-se à escala (ou a toda curva), enquanto a quantidade ofertada diz respeito a um ponto específico da curva de oferta. Assim, um aumento do preço do bem provoca um aumento da quantidade ofertada, *coeteris paribus* (movimento ao longo da curva - diagrama a), enquanto uma alteração nas outras variáveis (como nos custos de produção ou no nível tecnológico) desloca a oferta (isto é, a curva de oferta).



Por exemplo, um aumento no custo das matérias-primas provoca uma queda na oferta: mantido o mesmo preço P_0 (isto é, *coeteris paribus*), as empresas são obrigadas a diminuir a produção (diagrama b).

Por outro lado, uma diminuição no preço dos insumos, ou uma melhoria tecnológica na utilização dos mesmos, ou ainda um aumento no número de empresas no mercado, conduz a um aumento da oferta, dados os mesmos preços praticados, deslocando-se, desse modo, a curva de oferta para a direita (diagrama c).

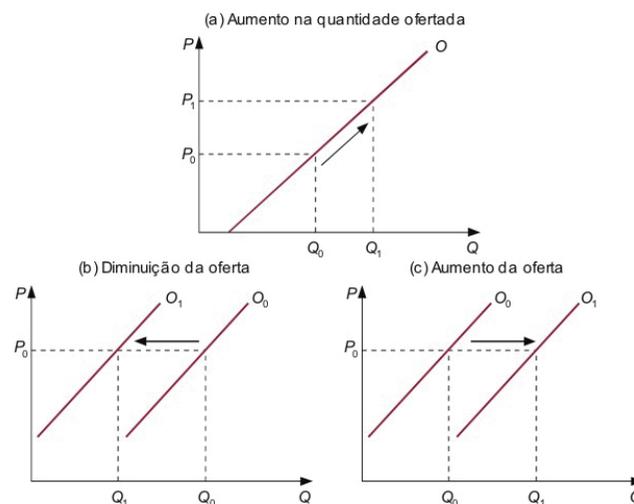


Figura 2 - Curva de Oferta do Bem X

Fonte: <http://pt.slideshare.net/sidineidasilva/36153033-aulademandaofertaeequilibriodmercado>

7.5 Equilíbrio de mercado



Figura 3

Fonte: sxc.hu

Podemos considerar que o equilíbrio de mercado é uma situação em que o preço e a quantidade do bem almejada pela procura e pela oferta tornam-se iguais. O preço que se averigua numa ocasião de equilíbrio de mercado acontece de tal forma, que a quantidade procurada do bem é exatamente igual à quantidade ofertada desse mesmo bem.

Costuma-se dizer que, por isso que estamos perante a uma quantidade e um preço de equilíbrio. A expressão “equilíbrio” é empregada porque nesta descrição não existem quaisquer incentivos para aumentar ou descer o preço desde que todas as restantes determinantes da oferta e todas as restantes determinantes da procura se mantenham constantes.





7.5.1 A lei da oferta e da procura: tendências ao equilíbrio

Nas palavras explicativas do material didático do Prof. Nilson Aguiar, a interação das curvas de demanda e de oferta determinam o preço e a quantidade de equilíbrio de um bem ou serviço em um dado mercado.

Preço (\$)	Quantidade		Situação de Mercado
	Procurada	Ofertada	
1,00	11	1	Excesso de procura (escassez de oferta)
3,00	9	3	Excesso de procura (escassez de oferta)
6,00	6	6	Equilíbrio entre oferta e procura
8,00	4	8	Excesso de oferta (escassez de procura)
10,00	2	10	Excesso de oferta (escassez de procura)

Como se observa na tabela existe equilíbrio entre oferta e demanda do bem X quando o preço é igual a 6,00 unidades monetárias.

Na intersecção das curvas de oferta e demanda (ponto E) teremos o preço e a quantidade de equilíbrio, isto é, o preço e a quantidade que atendem às aspirações dos consumidores e dos produtores simultaneamente.

Se a quantidade ofertada se encontrar abaixo daquela de equilíbrio E (A, por exemplo), teremos uma situação de escassez do produto. Haverá uma competição entre os consumidores, pois as quantidades procuradas serão maiores que as ofertadas. Formar-se-ão filas, o que forçará a elevação dos preços, até atingir-se o equilíbrio, quando as filas cessarão.

Analogamente, se a quantidade ofertada se encontrar acima do ponto de equilíbrio E (B, por exemplo), haverá um excesso ou excedente de produção, um acúmulo de estoques não programado do produto, o que provocará uma competição entre os produtores, conduzindo a uma redução dos preços, até que se atinja o ponto de equilíbrio.

Como se observa, quando há competição tanto de consumidores quanto de ofertantes, há uma tendência natural no mercado para se chegar a uma situação de equilíbrio estacionário – sem filas e sem estoques não desejados pelas empresas.

Desse modo, se não há obstáculos para a livre movimentação dos preços, ou seja, se o sistema é de concorrência pura ou perfeita, será observada essa tendência natural de o preço e a quantidade atingirem um determinado nível desejado tanto pelos consumidores quanto pelos ofertantes. Para que





isso ocorra, é necessário que não haja interferência nem do governo nem de forças oligopólicas que, normalmente, impedem quedas de preços dos bens e serviços.



LEMBRE-SE

a) O equilíbrio de mercado ocorre ao preço em que a quantidade ofertada é igual à demandada. Não há tendência para uma variação de preço (contanto que os demais determinantes da oferta e demanda permaneça inalterada).

b) Se o preço estiver acima do de equilíbrio de mercado, haverá excesso de oferta. A quantidade demandada excede a ofertada. O preço de mercado tende a cair.

c) Se o preço estiver abaixo do de equilíbrio, haverá excesso de demanda. A quantidade demandada excede a oferta. O preço de mercado tende a subir.

7.5.2 O deslocamento das curvas de demanda e oferta

Ainda tomando como referência o material do Prof. Aguilar, existem vários fatores que podem provocar deslocamento das curvas de oferta e demanda, com evidentes mudanças do ponto de equilíbrio. Suponhamos, por exemplo, que o mercado do bem X (um bem normal, não inferior, ex: telefone fixo) esteja em equilíbrio. O preço de equilíbrio inicial é P_0 e a quantidade, Q_0 (ponto A).



OBS: Bem Normal: é um bem que as pessoas demandam mais após a elevação de sua renda. Exemplo: moradia; viagens aéreas; sócio em academias de ginástica; refeições em restaurantes; feijão e; carros de luxo, etc.

Bem Inferior: é um bem que as pessoas demandam menos após a elevação de sua renda. Exemplo: roupas de segunda mão; táxi; ônibus; pneus recauchutados e; utensílios para cortar cabelo em casa; etc.

Se, por hipótese, os consumidores obtêm um aumento de renda real (aumento de poder aquisitivo), *coeteris paribus*, a demanda do bem X, aos mesmos preços anteriores, será maior. Isso significa um deslocamento da curva



de demanda para a direita, para D_1 . Assim, ao preço P_0 teremos um excesso de demanda, que provocará um aumento de preços até que o excesso de demanda se acabe.

O novo equilíbrio se dará ao preço P_1 e quantidade Q_1 (ponto B).

Da mesma forma, um deslocamento da curva de oferta afetará a quantidade de mercado e o preço de equilíbrio. Suponha, para exemplificar, que haja uma diminuição dos preços das matérias-primas usadas na produção do bem X. Consequentemente, a curva de oferta do bem X se deslocará para a direita, e, por raciocínio análogo ao anterior, o preço de equilíbrio se tornará menor e a quantidade, maior.

Resumo

Nessa aula estudamos sobre o Mercado e vimos que a Demanda de Mercado é a quantidade de um bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir por um preço definido em um dado mercado durante uma unidade de tempo. A demanda pode ser interpretada como procura, mas nem sempre como consumo, uma vez que é possível demandar (desejar) e não consumir (adquirir) um bem ou serviço. A quantidade de um bem que os compradores desejam e podem comprar é chamada de quantidade demandada.

A demanda sempre influencia a Oferta de Mercado, ou seja, é a demanda que determina o movimento da Oferta. Por isso, para as empresas, além de identificar os desejos e as necessidades de seus consumidores, é muito importante identificar a demanda para um determinado produto ou serviço, pois é ela que vai dizer o quanto se comprará da oferta que a empresa disponibiliza no Mercado, isto é, quem e quantos são os consumidores que irão adquirir o produto ou serviço.

Acabamos mais uma aula. Volte às aulas iniciais se ainda restarem dúvidas sobre os assuntos abordados. Vamos em frente!



Aula 8. Formas de empresas

Objetivos:

- identificar as formas de empresas;
- reconhecer o significado da Lei dos rendimentos decrescentes que se aplica ao processo produtivo e a formação dos custos, no âmbito de uma empresa e na economia em geral e;
- os pontos que regulam a maximização do lucro da empresa e o momento de encerrar as atividades da empresa.

INTERFERÊNCIAS DO GOVERNO NO EQUILÍBRIO DE MERCADO

O Governo intervém na formação de preços de mercado, em nível microeconômico, quando fixa impostos e subsídios, estabelece os critérios de reajuste de salário mínimo, fixa preços mínimos para produtos agrícolas, decreta tabelamentos ou, ainda, congelamento de preços e salários.

Tudo que aprendemos até aqui serve na aplicabilidade das Empresas, para que tenhamos um maior conhecimento: quanto aos tipos de Empresas e a atuação das mesmas no mercado.

8.1 Conceitos

Ao estudarmos o conceito de Empresa, podemos entender que é uma organização técnico-econômica que se propõe a produzir mediante a coordenação dos Fatores de Produção, bens e serviços destinados à troca, visando o lucro. Existem vários tipos de empresas:

- Empresa Privada: quando o empresário é uma pessoa ou um grupo de pessoas que têm por objetivos principais o lucro.
- Individual: de um empresário apenas. Ele é responsável direto pela Empresa.



- Coletiva: de mais de um empresário. Todos os sócios são responsáveis por todo o patrimônio da Empresa (LTDA e S/A).
- Empresa Pública: quando o empresário é o governo.
- Empresa Mista: quando há uma associação entre o poder público e poder privado.
- Empresa Cooperativa: é a Empresa que visa à eliminação gradativa dos atravessadores da produção e circulação de mercadorias, a fim de melhorar a situação dos associados.
- Firma ou Empresa: é a unidade básica de produção de bens ou prestação de serviços.
- Processo Produtivo: consiste na combinação de fatores de produção, que são: Terra, Trabalho, Capital e demais insumos, para resultar num bem ou serviço (produto final).
- Empresário: responsável pelas decisões sobre a produção e quais produtos serão gerados, quais métodos e técnicas, qual a combinação de Fatores de Produção (terra, trabalho, capital, tecnologia e capacidade empresarial) serão adotadas.

8.2 Qualidades de um empresário

Ao falarmos de qualidades, entramos em um universo muito subjetivo, pois são questões comportamentais. No entanto, na área profissional, existem características pessoais que podem colaborar para um perfil empreendedor, como veremos a seguir.

- Ter visão estratégica capaz, capaz de prever novas realidades e seus desdobramentos.
- Ter baixa aversão aos riscos inerentes ao negócio.
- Ter espírito inovador, quebrando paradigmas, abrindo novas fronteiras, propondo novas soluções para satisfazer as necessidades do consumidor.
- Ter sensibilidade para perceber oportunidades de investimentos ou de





reunir e processar informações que os levam a descobri-las.

- Ter energia para implantar projetos de empreendimentos, animando os investidores para sua execução.
- Ter acesso aos Fatores de Produção, como capacidade para combiná-los, levando adiante os projetos implantados.
- Ter capacidade de organizar o empreendimento, adquirindo ou contratando os fatores necessários, transferindo subsequentemente a gestores competentes a coordenação permanente das operações.

8.3 A posição do empresário quanto à parte social da empresa

O Empresário é o agente mais ativo da produção. Deve conhecer as relações entre patrão e empregado, acompanhando o relacionamento interno entre os níveis hierárquicos, deve zelar pelo bem e moral de seus colaboradores, com assistência médica, horário de trabalho, etc.

8.4 Formas de concentração de empresas

8.4.1 Truste

É uma organização gigante formada pela reunião de empresas que perdem sua identidade e independência econômica, consolidando assim, uma grande empresa que visa eliminar a concorrência e obter o controle sobre os preços.

8.4.2 Cartel

É uma associação temporária de Empresas, formando o cartel, que administrando com a participação de todos os associados os quais conservam sua autonomia econômica e razão social. Para conseguir seus objetivos, através de acordos, as Empresas assumem uma série de compromissos, com a finalidade de:

- Limitar a produção para evitar excessos;
- Dividir o mercado consumidor em zonas para cada sócio;
- Fixar o preço de venda igual aos outros;



- Aplicar penalidades para quem romper o acordo.

8.4.3 Curto prazo

No processo produtivo, o curto prazo é aquele período de tempo no qual pelo menos um dos Fatores de Produção é fixo.

8.4.4 Longo prazo

Considera-se aqui um período mais amplo de tempo, no qual todos os Fatores de Produção são considerados variáveis.

8.4.5 Função de produção

É a quantidade máxima do bem final, que se obtém com o uso de quantidades definidas dos Fatores de Produção.

Seu formato geral é:

$$Q = f(N, T, K)$$

Onde:

- Q = quantidade do bem final;
- N = recursos naturais (terra, trabalho, ou natureza);
- T = quantidades de trabalho utilizado;
- K = quantidade de capitais utilizados.

Essa decisão corresponde à resposta das seguintes perguntas: “Como produzir”, “Para Quem Produzir”, “O Que Produzir”, já estudadas na atividade anterior.

O Empresário tomará essa decisão baseado no critério de eficiência e há duas conotações diferentes para esse termo:

- Eficiência Técnica: é o máximo de produto físico possível usando o mínimo de quantidade física possível de Fatores de Produção. Exemplos de eficiência técnica: no atendimento médico e odontológico; eficiência técnica em requerer eliminação de capacidade ociosa (colaboradores).





- Eficiência Econômica: podemos observar que devemos considerar os preços dos Fatores de Produção. Será mais eficiente em termos econômicos aquele método que representar menor custo de produção para produzir o mesmo volume de bens finais. Exemplos de eficiência econômica: é a capacidade de a empresa obter a produção e o lucro máximo. Exemplo: na navegação; irrigação, recreação e na pesca.

O critério da eficiência econômica é o que irá pesar na decisão do Empresário sobre a melhor função de produção para a Empresa, de acordo com o produto.

8.5. Receita: custo e lucro

O objetivo de toda a Firma, numa economia de mercado, é o lucro. Tomaremos somente como base as Empresas que visam lucro. Os lucros são obtidos pela diferença entre a Receita Total da empresa e seus Custos Totais. No caso da receita, basta multiplicar a quantidade total de produtos vendidos por períodos de tempo (mês; ano) por seus preços. Assim, $RT = Q \times P$.

8.5.1 Custo oportunidade

Chamamos Custo Oportunidade os custos representados pelo que se deixa de ganhar de um lado para poder ganhar de outro. Se você resolver guardar dinheiro para abrir um negócio, no momento de retirar esse dinheiro para iniciar de fato as atividades, você estará perdendo a remuneração da aplicação financeira em que estava posicionando. Esse é o custo de oportunidade de seu novo negócio.

Ele deve ser acrescentado aos custos explícitos com aluguel, compra de materiais, etc., para obter-se o custo total.



Figura 4

Fonte: www.fotolog.terra.com.br/achael





Para complementar seus estudos, buscamos como auxílio o texto abaixo, contido no *site*: <http://www.eps.ufsc.br/disserta98/neiva/cap3.htm>.

Lei dos Rendimentos Decrescentes

Essa lei só poderá ser considerada em curto prazo, ou seja, quando existir um fator fixo. Essa lei diz que ao aumentar o fator variável (mão de obra), sendo dada a quantidade de um fator fixo, a produção marginal do fator variável cresce até certo ponto e, a partir daí, decresce, até tornar-se negativa.

Um bom exemplo a ser dado é quando consideramos a atividade agrícola, tendo como fator variável a mão de obra. Aumentando o número de trabalhadores, e se a área permanece a mesma, chega-se a um ponto em que a produção continua crescendo, e as taxas decrescentes, em virtude do excesso de trabalhadores.

Segundo a Lei dos Rendimentos Decrescentes aumentando-se a quantidade de um insumo e permanecendo a quantidade dos demais fatores fixa, a produção crescerá inicialmente a taxas crescentes (produto marginal positivo); a seguir, num certo ponto ocorrerão taxas decrescentes (produto marginal negativo). Finalmente, ao incrementar o input, a produção decrescerá (GLAHE, 1981). Nesta lei admite-se que a tecnologia permaneça fixa, e que haja pelo menos um insumo cuja quantidade permanece constante.

Como exemplo, supõe-se que numa indústria o input fixo é representado pelo número de máquinas. O fator variável é representado pelo número de operários. Se várias combinações de máquinas e mão de obra forem utilizadas para produzir certo produto e se a quantidade de máquinas for constante, o aumento da produção dependerá do aumento da mão de obra utilizada. Quando isso ocorrer, alterar-se-ão as proporções de combinações entre fatores fixos e variáveis. Nesse caso a produção aumentará até certo ponto e depois decrescerá. Isto quer dizer que de início poderão ocorrer rendimentos crescentes, enquanto os acréscimos de utilização do fator variável provocar incrementos na produção.

Três pontos que devem ser ressaltados na Lei dos Rendimentos Decrescentes, a saber:





- a) Só ocorre quando temos apenas um fator variável e todos os demais fixos;
- b) Ocorre devido a uma alteração nas proporções da combinação entre os fatores e;
- c) Foi considerado pelo Economista David Ricardo como válido para a agricultura e generalizada pelos Neoclássicos para toda a economia.

Resumo

Nesta aula vimos diversos assuntos relacionados à estrutura e formas de uma Empresa. Também identificamos as características importantes que um bom empresário deve buscar desenvolver no seu perfil profissional.

Reconhecemos as formas de concentração de empresas como a Truste e o Cartel.

Estudamos sobre a questão da Receita numa Empresa, seus Custos e Lucros. E por fim, entendemos sobre a Lei dos Rendimentos Decrescentes.

Finalizamos nossa última aula e também nosso módulo. Foi muito bom participar do seu desenvolvimento enquanto estudante.



Palavras Finais

Estimado (a) estudante,

Muitos foram os conteúdos aqui abordados que poderão complementar sua formação profissional no curso técnico em contabilidade.

Cada aula pode ser considerada um vagão do seu trem e ao carregá-los com as informações aqui estudadas poderá desfrutar de novos caminhos como se fosse explorar novos rumos de viagens.

Foi muito bom colaborar com seu desenvolvimento. Esse processo contínuo não termina aqui. Trilhe outras aventuras, amplie seus conhecimentos.

Bons estudos!





Referências

BRASIL. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <www.bcb.gov.br>

HOLANDA, Nilson. **Introdução à Economia**. 8ª ed., Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

ROSSETI, J.P. **Introdução à Economia**. 20ª ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

SILVA, Adelfino Teixeira da. **Economia e mercados**. 17ª ed. São Paulo, SP: Ed. Atlas, 1984. 215p.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo: Contexto, 2004.

VASCONCELLOS, Marco Antonio. GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Ed. Saraiva, 1998.





Currículo da Professora-autora



Tânia Amaro Seyffert graduada em Ciências Econômicas Empresariais (1987), Formação Pedagógica de Docentes para a Educação profissional em Nível Técnico (2001) e especialização em Matemática (2004), pela Universidade Católica de Pelotas, atualmente professora concursada da Escola Técnica Estadual João XXIII, participou em 2009, com dois projetos um de Gestão Empresarial pelo IFE -Sul/ Campus Pelotas na MEP E FECITEC, com o Projeto “A Feira do Aluno Empreendedor” e pela Escola Técnica João XXIII com o Projeto “A Danificação das Cédulas por parte da população” projeto campeão da MEP/2009 e cursando Mídias na Educação, módulo avançado.

